

DESMATAMENTO E
A DEVASTAÇÃO
NO ALTO SOLIMÕES



boletim informativo

AGOSTO
2014

6

ALTO
SOLIMÕES

**NOVA CARTOGRAFIA
SOCIAL DA AMAZÔNIA**

PROJETO

**Mapeamento
Social**

como Instrumento
de Gestão Territorial
contra o Desmatamento
e a Devastação

PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DE POVOS
E COMUNIDADES TRADICIONAIS



Panorama do desmatamento nas terras indígenas

A mesorregião do Alto Solimões – Amazonas compreende sete municípios: Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Atalaia do Norte, Tonantins, e Tabatinga. Segundo a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, com sede no município de Tabatinga, tem sob sua jurisdição 50 Terras Indígenas (TI), com uma população estimada de 75.000 (setenta e cinco mil) indígenas divididos em 18 etnias, sendo que aproximadamente 70 % é pertencente a etnia Ticuna. As demais são: Kokama, Kambeba, Kaixana, Kanamari, Witota, Katukina, Madja-kulina, Mura, Makuna, Makú, Maku-yuhup, Ava-Canoeiro, Miranha, Mayuruna, Desana, Tukano e Tuyuca. Essa população encontra-se em 350 comunidades/aldeias.

As comunidades indígenas enfrentam vários problemas de invasões seja para retirada de madeira, caça ou pesca. O desmatamento é um grave problema e em algumas comunidades não há mais área de floresta, como é o caso da Terra Indígena Santo Antônio que está localizada no município de Benjamin Constant da qual fazem parte três comunidades: Porto Cordeirinho, Filadélfia e Bom Caminho em uma área de aproximadamente 1.000 ha. Os dois motivos para o desmatamento são: O aumento da população e consequentemente a expansão de áreas construídas e a retirada da cobertura vegetal para o plantio das roças. Cada vez que o solo daquele local começa a dar sinais de cansaço, os indígenas procuram novas áreas, deixando para trás as capoeiras que vão aumentando sem nenhum aproveitamento.

Na Terra Indígena Lauro Sodré, localizada no município de Benjamin Constant e da qual fazem parte as comunidades de São João de Veneza, Lauro Sodré, Guanabara III e São Luís há graves problemas de invasão para retirada de madeira. No entanto, há relatos de que alguns indígenas moradores dessas comunidades também tiram madeira para vender aos brancos, às marcenarias e serrarias de Benjamin Constant e do Peru. Existem ainda os invasores das comunidades não indígenas do entorno da TI que também tiram madeira ilegalmente para venderem.

boletim informativo

NÚMERO 6 . AGOSTO 2014

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Alfredo Wagner Berno de Almeida
PNCAA-CESTU/UEA, PNCSA, PPGAS/UFAM
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
UFPA – NAEA, UNAMAZ, PNCSA

COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA – TABATINGA

Reginaldo Conceição da Silva
PNCSA-CESTB/UEA, PPGCSPA/UEMA

EQUIPE DE PESQUISA

Ana Lídia Valdick,
Dime Alexandre Londono Gomes
Francisco de Assis Nogueira de Matos
Franckson Carneiro Félix
Jailson Franco Aguiar
Janilson Gonçalo Rubem
Reginaldo Conceição da Silva

EDIÇÃO

Jailson Franco Aguiar
Dime Alexandre Londono Gomes
Reginaldo Conceição da Silva

TRANSCRIÇÃO

Ana Lídia Valdick
Dime Alexandre Londono Gomes
Franckson Carneiro Félix

FOTOGRAFIAS E FILMAGEM

Arival Curica Fermin
Dime Alexandre Londono Gomes
Janilson Gonçalo Rubem
Jailson Franco Aguiar
Reginaldo Conceição da Silva

CARTOGRAFIA

Janilson Gonçalo Rubem
PNCSA-CSTB/UEA

Na Terra Indígena Feijoal, ainda no município de Benjamin Constant, estão localizadas as seguintes comunidades: Deus me Ajude, Porto Alegre, Nova Canaã, Feijoal e Cidade de Nova as invasões para retirada de madeira são constantes e são feitas por brancos das comunidades não indígenas que derrubam árvores para fazerem canoas e vendem para Tabatinga e Benjamin Constant e até mesmo para indígenas das comunidades invadidas.

Na Terra Indígena Eware I as principais comunidades com maiores índices de invasões são as comunidades situadas no igarapé Tacana e Ourique. O Igarapé Tacana fica na fronteira com a Colômbia e dessa forma a invasão é feita principalmente por colombianos que entram nas matas e derrubam madeira de forma descontínua, escolhendo as espécies para fabricação de móveis e madeira para construção de casas. Outro fator agravante que está causando assoreamento são as queimadas feitas, para o plantio das roças, pelos moradores de algumas comunidades, especialmente na comunidade Nova Extrema às margens do igarapé. Queimadas acontecem também às margens do Igarapé do Correio.

“Na comunidade Ourique, a retirada de madeira próxima às margens do igarapé já provocam o assoreamento do mesmo, ficando cada vez mais difícil o acesso no período de seca.” DOROTÉIA C. FERNANDES, AGENTE ADMINISTRATIVA DA FUNAI

Conflitos na Terra Indígena de Umariacú I e II

“Meu nome é [Moradora] sou da comunidade Umariacú I, a minha nação é Havaí, sou professora indígena bilingue, tenho 44 anos de idade. O desmatamento tem gente de fora que tira madeira lá [na TI Umariacú], que a gente já foi lá junto com o pessoal da FUNAI, mais a gente não encontrou a pessoa, a gente não conversou, a gente não conhece quem são essas pessoas, mais há pessoas que já viram ele. Trata-se de um colombiano que está fazendo isso [causando o desmatamento]. Onde nós estamos tem algumas madeiras de lei, não é muito como antes. Já estou com três anos lá antes quando a gente chegou as madeiras eram perto e a gente tirava. Agora não tem, já tá acabando por conta do desmatamento.

Lá tem passagem de pessoas que passam com as drogas vou falar logo o nome tem caminho que vai direto pro Tacana e vai varar perto do Igarapé que eu não lembro o nome do Igarapé agora tem, tem caminho lá. Com certeza atrapalham, porque seis horas a gente não pode mais andar no mato porque lá eles vão colocar armadilhas feitas de madeira até eles colocam espingarda tem perigo pra nos andar lá no mato.



Derrubada de vegetação em um assentamento de Tabatinga

Em Umariacú I e II há desmatamento por conta do aumento das roças, retirada de madeira para a construção de novas casas, uma vez que cresce a população dessas comunidades e novas famílias são formadas. As áreas degradadas são muitas sendo necessário urgente trabalho de recuperação.

Tem um colombiano lá que tem uma roça mais esse colombiano ninguém vê e agente não conhece ele só faz a roça lá e some a gente não conhece. Na verdade não era roça a intenção dele né? acho que tem alguma coisa lá pra ele tirar ou ficar escondido. Até porque nos estamos pedindo para que a FUNAI fiscalize esse limite porque aqui no IFAM tem um caminho que vai até lá e aqui na estrada do lixão também tem e no outro canto que eles fazem caminho pra eles entrar. Porque a minha roça é bem iniciada entrada, depois da área bem encostado com a área de fronteira se eles fazem igual exército porque o Exército toda semana faz vigilância lá e sabem. Eles [soldados do Exército] já viram também as pessoas que entram lá com espingarda e motor de serra. Assim que nós queremos que a FUNAI fizesse, que coloca-se realmente as pessoas pra fiscalizar o limite pra cuidar dessas áreas e isso que nós queremos. A nova cacique, que é uma mulher, tá muito preocupada e ela queria ver as pessoas dela lá fazerem logo as casinhas pra morar logo lá no limite pra cuidar pra não entrar pessoas estranhas porque daqui a pouco que já aconteceu com meus trabalhadores lá pegaram eles no meio do caminho

bateram neles quase mataram isso não é o pessoal que vai caçar não isso é outras pessoas que estão fazendo outra coisa lá, coisa perigo que eu já falei que são os passador de drogas que vivem dentro da comunidade tem colombiano principalmente hoje o colombiano que entra com droga acontece agora na comunidade e com isso nós nos sentimos ameaçados". MORADORA DA COMUNIDADE UMARIAÇÚ I.

Desmatamento e suas consequências na Terra Indígena Umariáçú II

As lideranças religiosas da comunidade de UmariáçúII, quando indagadas a respeito sobre o que o cacique e os próprios moradores estão fazendo para evitar o desmatamento na comunidade, eles responderam o seguinte: "Atualmente não existe tanto rigor na fiscalização na área, antes sim existia. As principais lideranças se reúnem e planejam como irão fiscalizar a área. As vezes com ajuda do órgão federal IBAMA, dirigem até o local e aconselham os invasores que acabam deixando a terra". GINUCA ALBINO DA SILVA, EX-CACIQUE E PAJÉ

A questão do não controle do desmatamento, os indígenas que vivem na Comunidade do Umariáçú II, acreditam que as consequências para a manutenção das atividades tradicionais, serão:

1. "Falta de lugar para se plantar, agora as roças estão cada vez mais longe". ZICO FRANCISCO CARLOS RAMOS - AGENTE INDÍGENA DE SAÚDE
2. "Invasão sobre a área," exploração d madeira, falta de espaço, para cultivar, caçar." RENILDO DO CARMO - PROFESSOR
3. "Tomariam as terras pertencente a nós, e isso já aconteceu com a minha que tomaram a metade da roça dela, faltaria espaço, principalmente pra fazer roça e caçar". ELSO GERALDO ALEXANDRE - PROFESSOR
4. "Briga, o que aconteceu em Capacete é um exemplo disso". GINUCA ALBINO DA SILVA, EX-CACIQUE E PAJÉ

Sobre os impactos do desmatamento diretamente relacionados à Comunidade, seus moradores afirmam que:

O Agente Indígena de Saúde, Zico Francisco Carlos Ramos, acredita que um dos impactos do desmatamento para os jovens, faz com que os direcionem "Levando ao alcoolismo, fumo e práticas ilícitas". No tocante à saúde, Gustavo Albino Santana, Cacique da Comunidade, afirma que "o desmatamento tem contribuído para o surgimento de doenças como a malária", onde o Professor Renildo do Carmo, por sua vez, reforça que o desmata-

mento, também causa "doenças respiratórias relacionadas à poluição do ar". Para o Pastor Dário Mendes, as consequências de dão "pelo fato de os animais serem raros, principalmente de grande porte" estar sumindo das matas. No entanto o Pastor, Epitácio Mariano Pinto, acredita que a "Vendas de madeiras, muitas são madeiras valiosas e produção de carvão" estão relacionadas a esta questão o que converge para a explicação dada pelo Diretor da Igreja Cruzada, Geovane Moraes Fernandes, onde o desmatamento auxilia na "Falta de alimento, peixe, animais e frutas que estão cada vez mais escassos." Outra ação do invasores, que além de desmatar, fazem ameaçam os Tikunas que vivem das roças, nas mediações de suas terras, sejam estas próximas à sede de Tabatinga, ao Igarapé Takana, ou ainda próximo às Terras Indígenas Éware, desde que haja contato visual da ação dos mesmos, além dos casos de ameaças aos caciques que fazem o controle e fiscalização da terra.



Madeira exposta para venda na rodovia Benjamin Constant-Atalaia do Norte

A luta dos Tikuna e Kokama, da Comunidade Bom Jardim, contra o desmatamento e devastação, em Benjamin Constant

"Eles pescam muito de malhadeira, e se deslocam daqui principalmente no verão, e vão para o Javari, agora a caça não tem por que está tudo devastado." HELIA MOURA, KOKAMA

"A caça eu acho muito difícil, alguns caçam aqui, mas é muito raro aqui em Bom Jardim, porque não tem onde caçar. Eu acredito, com a nova demarcação, vai ter um local para onde caçar, desde que não extermine o restante, tem que saber caçar conscientemente." AFONSO COELHO, KOKAMA



Linhão onde teve a derrubada de castanhais

“A experiência sobre o mapa confeccionado a demarcação de terra, onde foi uma das grandes experiências que eu tive e vi também algumas consequências é de vários lugares, sobre o desmatamento, isso me chama bastante atenção nesse caso, por que destrói, prejudica nossa saúde, e outras áreas da nossa vida” DENÍLSON DA COSTA SANTOS, KOKAMA

“E por isso a importância também da demarcação de terra porque lá ainda existem muitas plantas tradicionais como o Cupuí, tem Patauí e outros tipos de plantas que talvez que muitos estudantes ainda não conhece esse tipo de planta então por isso que é importante a demarcação de terra” ALÍRIO MENDES MORAES, TIKUNA

Contexto da prática do desmatamento em Amaturá

Em Amaturá, os agroextrativistas denunciaram a prática do desmatamento para duas situações: Abertura do “linhão” para a colocação de postes de energia elétrica e a extração irregular da madeira para ser usada na confecção de moveis por serralherias, na produção de carvão e na extração para queima em olarias do município.

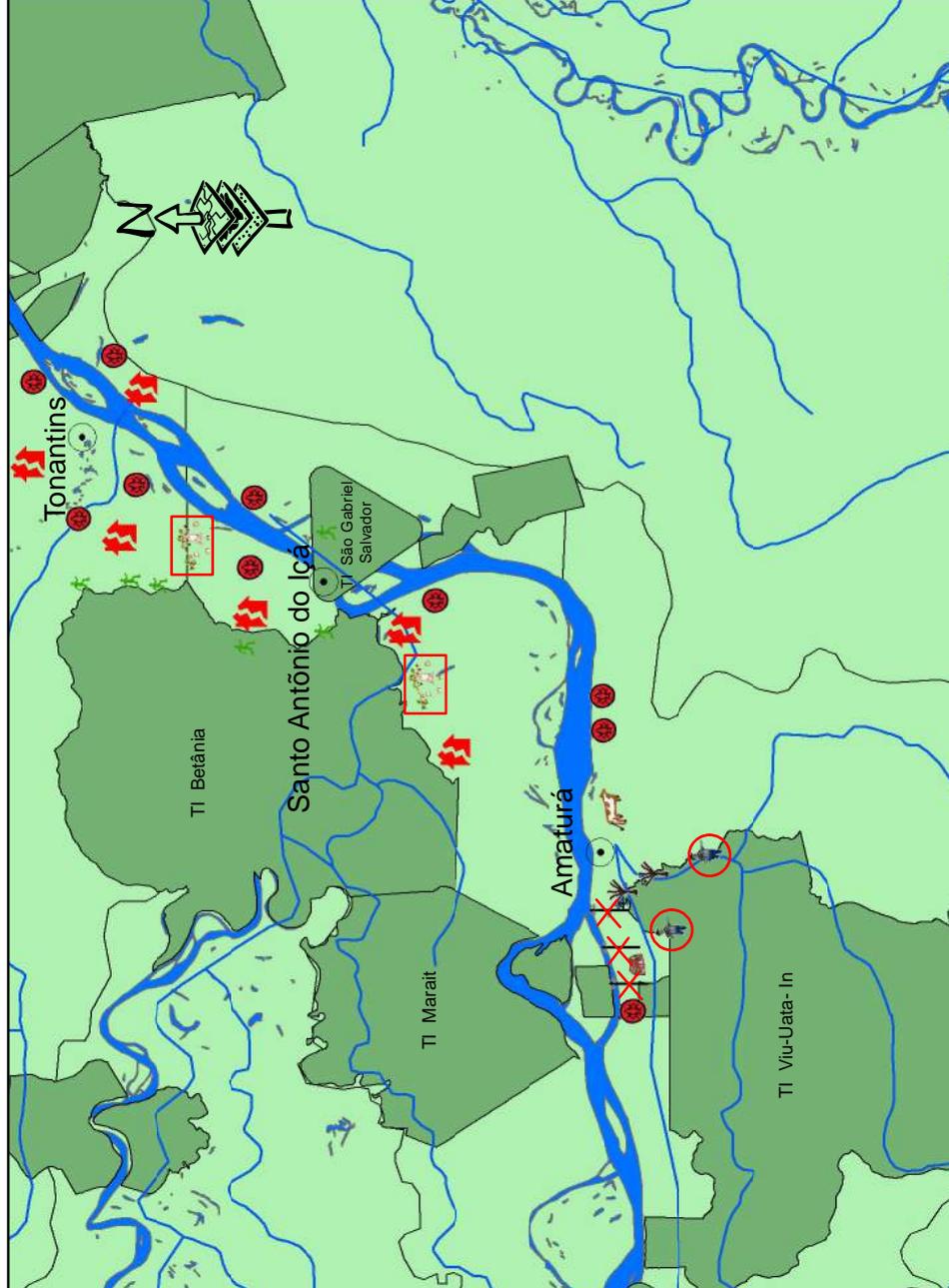


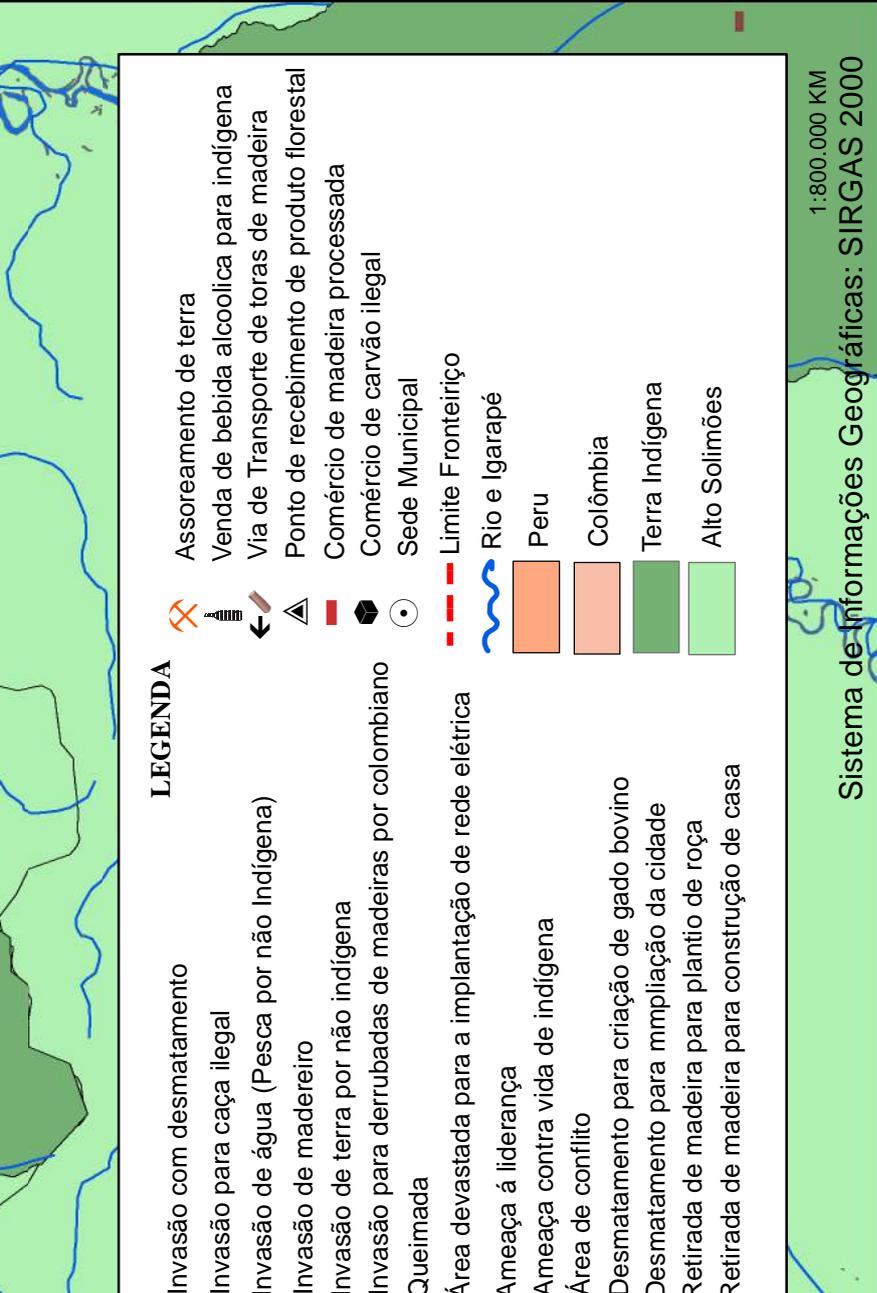
Vista parcial da comunidade de Umarirana

“O desmatamento lá não teve (...) só teve essa que o governo mandou fazer essa estrada pra vim a “Luz para Todos” TUFÍ ATAÍDE RAMO, COMUNIDADE DE NOVA CANAÃ

“Quero deixar isso bem claro, em várias partes que nós passamos foi a derrubada algumas castanheiras com autorização dos próprios donos de propriedade pra que nós pudéssemos chegar com as redes elétricas até essas comunidades, pensando não só em Niterói” FRANCELINO GOMES CRUZ FILHO, COMUNIDADE DE NITERÓI

Conflitos por Terra e Invasão de Lagos



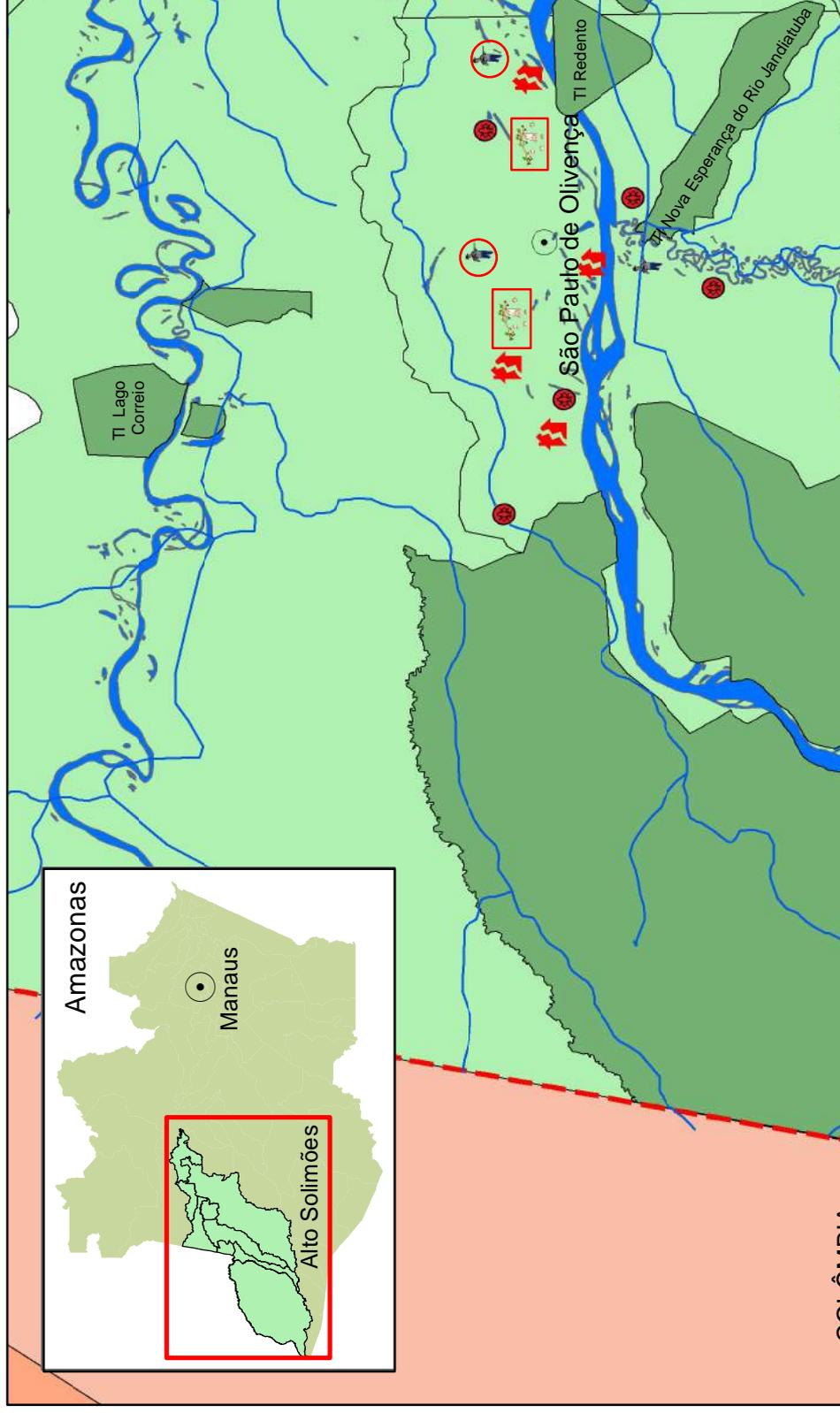


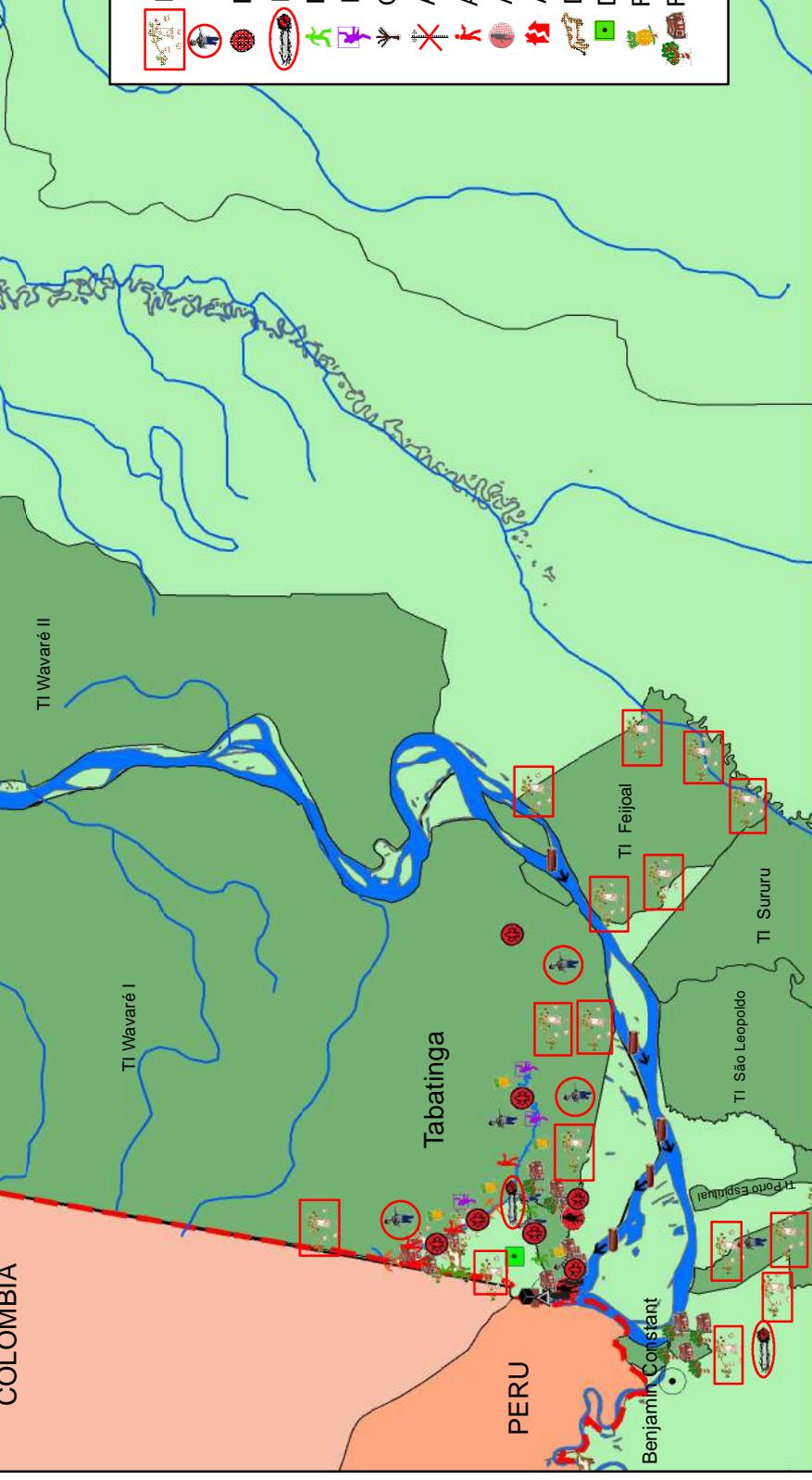
014
 Terra e Invasão de Lagos
 Logos
 Fundo Amazônia

Fonte:
 Dados de denúncia fornecido pela:
 FUNAI - Ministério Público - Polícia Federal
 Pesquisa Institucional
 Base Cartográfica
 IBGE 2011, ANA 2010, FUNAI 2009 - Mundo Consulta

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
 Cartografia: Janilson. G. Rubem
 Núcleo de Tabatinga-AM
 Minilaboratório de Cartografia Social

Meso Região do alto Solimões: Desmatamento





PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

Mapeamento Social como Instrumento de Gestão
 Territorial contra o Desmatamento e a Desvestação:
 Processo de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais



Mapa Situacional - Tabatinga - Março de 2011
 Meso Região do alto Solimões: Desmatamento, Conflito por Território
 Equipe de Pesquisa:
 Reginaldo C. da Silva (Coord) - Dime Alexandre L
 Jailson F. Aguiar - Frankson C. Flores



Desmatamento causado para a criação de gado em Amaturá

“Uma notificação ainda junto com o IDAM o PRODERAM, que aí eles pegam a árvore e vão tirar uma foto pra fazer um relatório e dizer que você está tirando aquela castanheira, aquela árvore por um motivo tal é pedir a autorização para tirar aquela árvore, por que dentro da Lei número 22 ela diz assim “derrubada zero” TUFU ATAIDE RAMOS, COMUNIDADE NOVA CANAÃ.

“Você tem que ir lá fazer um documento se vai poder tirar a castanheira ou não. Seja tua propriedade ou propriedade de onde você mora. Por exemplo, se você é o mandante, porque existe o mandante se você mandou é porque você se incriminou. Mas a questão é essa, tem que pedir uma autorização que é pra poder tirar. A partir daí vocês vão ter um documento que ampara dando autorização” LUIZ RUBEM FILHO. PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E BENEFICIADORES DE CASTANHA DO MUNICÍPIO DE AMATURÁ – APROCAM

“Então como nós falamos, nós temos que preservar tam-

bém né, que nós falamos esses tempos fala em preservação pra mais tarde não acabar o que nós temos como o nosso peixe, a nossa madeira, a nossa castanha né, e o que nós devíamos fazer com a nossa castanha era plantar mais pra nós ter mais, daqui uns tempos nossos netos agente não poder ter a plantação que agente tem agora, os nossos filhos, os nossos netos é que vão recolher a nossa produção da castanha, então acho que é isso que eu quero colocar que uma coisa



Castanheiras

muito importante, muito bom agente ta aqui nessa oficina de agora então agradeço muito que estamos aqui fazendo um trabalho muito importante com os irmãos.”
CACIQUE DA COMUNIDADE INDÍGENA TICUNA DE UMARIRANA, ÉDSON JOÃO DA COSTA

“Se hoje não tiver uma preservação como será no futuro os nossos filhos os nossos netos que não conseguiram conhecer um pirarucu, um tambaqui, um peixe boi e

outros tipos de peixe ou que seja de caça?”
FRANCELINO GOMES CRUZ FILHO, REPRESENTANTE DA ETNIA KOKAMA

“Se hoje não tiver uma preservação como será no futuro os nossos filhos os nossos netos que não conseguiram conhecer um pirarucu, um tambaqui, um peixe boi e outros tipos de peixe ou que seja de caça?”
FRANCELINO GOMES CRUZ FILHO, REPRESENTANTE DA ETNIA KOKAMA

Transporte de madeira ilegal e derivados na fronteira fluvial Brasil, Peru e Colômbia

Áreas de exploração de madeira

“Não é comum nessa área do rio Solimões, mas a Polícia Federal teve conhecimento inclusive já repassou para o IBAMA que algumas áreas indígenas próximos à Benjamin Constant, na sede do município, e áreas indígenas pertencentes ao município de Tabatinga especialmente terras indígenas Éware I e II tem sofrido teoricamente com a exploração da madeira, madeira essa que vai muitas vezes pra Colômbia. Essas demandas sempre são repassadas ao IBAMA até porque as implicações criminais são muito brandas, mas as implicações administrativas por parte do IBAMA, essas sim são severas porque e as multas são altíssimas. Então o problema da madeira aqui na região do alto Solimões, no oeste do Estado do Amazonas e no rio Javari, lá sim se encontra o maior problema.”
DELEGADO DA POLICIA FEDERAL ENTREVISTA JAN. 2014

“São poucas as apreensões na parte brasileira até por-



Descarregamento de Carvão Porto de Tabatinga



Descarregamento de madeira na fronteira fluvial Brasil, Peru e Colômbia



Chegada de madeira na fronteira fluvial Brasil, Peru e Colômbia

que o que é visto são indígenas, pequenos assentados do INCRA que escoam a madeira uma vez ou outra para construção de casas, abrir terreno para plantio então isso restringem um pouco nossa atuação mais não são comuns apreensões por parte da Polícia Federal...E por parte da Polícia Federal consegue ver que ninguém obedece à questão do DOF (Documento de origem Florestal) porque não há quem emita o DOF dessa região". GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOÃO, DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL

"Quanto à localização de áreas de extração de madeira e derivados, essas áreas se dão do alto Javari que é a área mais explorada e Atalaia do Norte pra cima até o Estirão do Equador. Além disso, temos outro Rio com nome de Curuçá onde se vê bastante a extração de madeira ilegal. Isso tudo se atribui devido à distância de Tabatinga até essas localidades." FRANCISCO OLIVEIRA DE ALMEIDA, AGENTE DO IBAMA

Dificuldades encontradas pelo IBAMA durante as fiscalizações no rio Solimões

"A falta de apoio da sede em Manaus, denúncias que o IBAMA recebe do Javari e o mesmo não disponibiliza de transporte próprio, sempre depende dos outros órgãos pra isso, falta de logística, falta de servidores, falta de segurança, o não fornecimento de suprimentos fornecido pela sede em Manaus para melhor andamento do serviço e etc... São muitas as dificuldades principalmente por Tabatinga não possuir a sede do IBAMA aqui na região. E principalmente à instalação de um posto base do IBAMA para controlar essas extrações no rio Javari.

A via Rio Solimões facilita entrada dessa madeira que sai do lado Brasileiro e vai para o Peru e Colômbia porque a maioria das pessoas que extraem essa madeira vem do Peru e falsifica a documentação para o transporte e ao chegar ao seu destino entra como se a madeira

fosse peruana, mais na verdade essa madeira foi extraída no Brasil principalmente no vale do Javari. O carvão que tem em Tabatinga vem do Peru. Não temos essas informações concretas pelo IBAMA." FRANCISCO OLIVEIRA DE ALMEIDA, AGENTE DO IBAMA



Transportando o carvão no porto de Tabatinga



Desembarque do carvão do porão da embarcação

O Ministério Público Federal (MPF) Tabatinga no combate ao desmatamento

"A competência de atuação do Ministério Público Federal em Tabatinga que abrange sete (7) municípios situados na região Alto Solimões, sendo que a maior parte das denúncias recebidas, **afeta o desmatamento irregular, estão relacionadas ao município de Tabatinga, e referem-se especialmente à região entre a zona urbanizada e a zona rural/floresta**, em que podemos encontrar as áreas de expansão urbana".

Queima da madeira que foi retirada ilegalmente



Denúncias sobre desmatamento em áreas de preservação Ambiental na fronteira Brasil, Colômbia e Peru vistas pelo MPF



Chegada de madeira em Olaria de Tabatinga



Transporte de carvão

“O Ministério Público Federal – MPF atua investigando o cumprimento da lei brasileira no acesso ao território brasileiro seja no meio fluvial ou no meio terrestre. Costumeiramente, o MPF tem atuado em processos judiciais de prisões em flagrante delito pelo crime de tráfico internacional de entorpecentes ou em Inquéritos Policiais da Polícia Federal de Tabatinga que apuram supostos crimes de contrabando ou descaminho, em que nacionais ou estrangeiros transportam para o território nacional, para fins de comercialização, mercadorias estrangeiras sem o devido despacho formal. Ademais, o MPF também faz o acompanhamento de investigações instruídas pela Polícia Federal em Tabatinga acerca de outros crimes ou abusos cometidos nesta região de tríplice fronteira.

Atualmente a Procuradoria da República no Município de Tabatinga/AM – PRM-Tabatinga, conta com alguns procedimentos investigatórios para apurar supostos desmatamentos irregulares na região de tríplice fronteira. Mas é possível afirmar que não é frequente o recebimento de denúncias desta natureza, principalmente devido à população local pouco conhecer a atuação deste órgão, bem como devido ao isolamento geográfico das zonas em que possam estar sendo praticado o desmatamento ilegal.” COORDENADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL QUESTIONÁRIO JANEIRO 2014

Fiscalizações feitas pelo MPF sobre denúncias relacionadas ao desmatamento.

“Infelizmente o MPF em Tabatinga/AM não conta com peritos para fiscalização in loco das denúncias. Assim, o MPF utiliza somente da fiscalização indireta, que ocorre por meio das requisições e solicitações de informações aos órgãos públicos relacionados, especialmente o IBA-MA e as prefeituras locais. Ainda é possível o MPF solicitar diligências investigativas à Polícia Federal, em caso tenha que coletar informações de cunho criminal afetas a áreas de preservação sob a tutela Federal”.

Intermediações feitas pelo Ministério Público Federal nas denúncias envolvendo Povos Tradicionais.

“As principais demandas afetas aos povos tradicionais que tramitam na PRM-Tabatinga são relacionadas à saúde indígena, ao reconhecimento de terras tradicionais indígenas, a conflitos internos acometidos de violências e à venda e ao consumo de álcool e entorpecentes a indígenas”. COORDENADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

“É possível afirmar que a Polícia Federal em Tabatinga conta com alguns Inquéritos Policiais (IPL) acerca de apreensões e outras apurações que tem como contexto a calha do Rio Solimões.” WAGNY ANDRADE MATOS, COORDENADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

“Durante a Operação ÁGATA ocorre muita apreensão de madeira. Em parceria com outros órgãos que trabalham direto com crimes ambientais. A Marinha não é responsável pelos crimes ambientais de forma direta, mas auxilia na fiscalização junto aos órgãos competentes.” MARINHA DO BRASIL



Transporte de madeira feita por balsas

A participação feminina no combate ao desmatamento nos Assentamentos agrícolas em Tabatinga



Derrubada de vegetação na cidade de Tabatinga

“Das 65 apenas onze (11) são frequentadas pela equipe técnica do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e florestal sustentável do estado do Amazonas (IDAM) que são: Novo Paraíso, Terezina I, Araçari, Terezina III, Vista Alegre, Divino do Espírito Santo, Vila nova, Limeira, Umariacú I, Praia de Fátima e Vila Eternidade. Somente duas são lideradas por mulheres que são Terezina I e Araçari.

Cada morador tem um terreno de quase 500 metros e que só podem desmatar 20% da área determinado pelo

órgão que fiscaliza mais alguns acabam desmatando mais do que o necessário. As atividades mais comuns são produção de bananas, mandiocas, e a pesca que é muito importante. O desmatamento e derrubadas de árvores, mais nada sério para denúncias, até porque são leves e bem comuns, apenas para construir suas casas.

Podemos evitar por meios de reuniões feitas pela equipe do órgão do IDAM, junto com a presidente da comunidade, incentivando os comunitários a não desmatar para venda de madeira ou queimadas.

Os moradores conseguem aumentar sua produtividade sem desmatar fazendo da seguinte maneira: ao mesmo tempo em que derruba, vão plantando outros pés de árvores no lugar das outras. Usando a sobra de madeira podre para adubo, o resto de alimento para eles fazer a compostagem, para ajudar no adubo das hortaliças como o pimentão, o tomate, a couve e até mesmo nos pés de bananeira, mamoeiro, nos pés de cana e outros, e sempre fazendo processo de compostagem para preparo do adubo para as novas plantas enriquecendo o solo”.
CECÍLIA DA SILVA LIMA, PRESIDENTE DA COMUNIDADE DE TEREZINA I

“Estou sempre fazendo reuniões, alertando os moradores a não desmatar sem necessidade, quando o caso de um desmatamento mais sério primeiro entram com uma



Derrubada da vegetação no limite urbano-rural em Tabatinga



Vestígio de derrubada e queima de vegetação

procuração pedindo licença para instituição que fiscaliza, a equipe do IDAM esta sempre passando na comunidade para ajuda a representante a resolver assuntos na comunidade, também orientar os moradores sobre a porcentagem e tamanho da área que cada morador pode desmatar.

A principal atividade humana é a plantação de mandioca e banana que eles cultivam no seu dia a dia para a sobrevivência. Ainda tem a pesca que é muito fundamental, mais pode observar que algumas famílias cultivam outros tipos de plantação como mamão, goiaba, ingá, pimentão, pimenta “ardosa”, maxixe, cheiro verde e outros. Também variadas espécies de plantas, além disso, a Comunidade tem criação de gado – 11 cabeças -, galinhas e patos.

E possível sim aumentar a produção sem desmatar sempre cultivado a terra, derrubando e ao mesmo tempo plantando, outra árvore no ambiente. “O desmatamento mais comum nessa comunidade é para plantio.”
CECÍLIA DA SILVA LIMA, PRESIDENTE DA COMUNIDADE TEREZINA I

Animais que não são mais vistos na Comunidades de Umariacú II

Anta	Cotia
Queixada	Pacas
Arara	Porco do mato
Mutuns	Guariba
Veado	Macaco barrigudo

FONTE: ENTREVISTA FEITAS COM AS LIDERANÇAS DA COMUNIDADE. POR FRANKSSON CARNEIRO FELIX, INDÍGENA TIKUNA. ABRIL DE 2014

Tipo de madeira que já estão praticamente extintos na região

Castanha de paca	Jacareúba
Cedro	Loiro
Cedrorana	Massaranduba
Andiroba	Maúba
Apuí	Cauiche

DADOS DA LIDERANÇA INDÍGENA DO UMARIACÚ I EM FEVEREIRO DE 2014

“Estamos sempre fazendo reuniões, palestra junto com a equipe do IDAM e sempre alertando os moradores a não desmatar sem necessidade, para que os moradores cumprem com a regra que só devem desmatar 20% da área combinada pelo órgão.” JOSILANE AMORIM CORNÉLIO, COMUNIDADE DE ARAÇARÍ

B688 Boletim informativo Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação : processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais. – N. 6 (ago. 2014) – Manaus : UEA Edições, 2014 il. ; 30 cm.

Irregular.

Coordenação geral do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (CESTU/UEA/PPGCSPA) e Rosa Elizabeth Acevedo Marín (NAEA/UFPA/PPGCSPA).

ISSN 2358-6672

1. Conflitos sociais – Amazônia – Periódicos. 2. Comunidades tradicionais. 3. Desmatamento. 4. Territorialidade. 5. Cartografia. 6. Mapeamento social. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marín, Rosa Elizabeth Acevedo.

CDU 528.9:316.48(811)(05)



O desmatamento nas Terras Indígenas – TI do alto Solimões é uma questão preocupante. As autoridades da FUNAI, Ministério Público e Polícia Federal, juntamente com as Lideranças Indígenas vêm tentando combater as ações de madeireiros, que atuam de forma ilegal, na invasão das TI para a derrubada e comercialização de árvores para o processamento e beneficiamento de madeira, na sede das cidades pertencentes ao alto Solimões.

Os indígenas das etnias Tikuna, Kokama Cambeba, das cidades de Tabatinga, Benjamin Constant, Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença e Amaturá, relatam que sofrem invasões de lagos, de rios e de suas matas, onde alevinos, peixes, animais de caça são extraídos, com muita frequência, de suas propriedades.

Invasão de terras, rios e lagos, são ações também enfrentadas pelos moradores dos Assentamentos agrícolas de Tabatinga. Neste caso, os moradores assentados, são igualmente vulneráveis aos indígenas que, sem a presença constante do IBAMA, vêm sendo observados com mais frequência.

As consequências são desde ameaças contra a vida, redução de peixes e de animais de caça, assoreamento dos rios e igarapés e até mesmo deslocamento compulsório de quem vive para defender suas atividades laborais e culturais.

O Boletim Informativo do Alto Solimões visa apresentar um panorama destas situações vividas por lideranças e autoridades que tentam combater o desmatamento e a devastação na porção ocidental da Amazônia brasileira, em fronteira com a Colômbia e o Peru.



PROJETO

**Mapeamento
Social**

ISSN 2358-6672

PROJETO EXECUTADO COM RECURSOS DO



APOIO

Os Agroextrativistas da
Castanha do Brasil na
Luta contra o Desmatamento
e a Devastação

